FERREIRA GOMES
geração de energia

Alupar

Ferreira Gomes Energia S.A.

CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório dos auditores independentes, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/;https://ferreiragomesenergia.com.br/cvm/; https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx e https://www.b3.com.br/pt_br/.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2024 e 2023. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 — (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
Ativo			**Passivo**		
Circulante	**182.121**	**201.684**	**Circulante**	**118.483**	**133.032**
Caixa e equivalentes de caixa	10.983	9.385	Fornecedores	18.207	16.433
Investimentos de curto prazo	67.896	104.688	Empréstimos, financiamentos e debêntures	88.020	91.567
Títulos e valores mobiliários	59.525	59.704	Arrendamentos	444	319
Contas a receber de clientes	34.944	24.597	Salários e férias a pagar	680	792
Imposto de renda e			Imposto de renda e contribuição social a pagar	–	2.744
contribuição social compensáveis	5.816	656	Outros tributos a pagar	3.380	3.561
Outros tributos compensáveis	441	51	Dividendos declarados	–	11.795
Despesas pagas antecipadamente	2.341	2.304	Uso do bem público	2.096	2.001
Outros ativos	175	299	Provisões	1.615	1.082
Não circulante	**1.265.851**	**1.302.376**	Encargos setoriais	3.754	2.668
Despesas pagas antecipadamente	4.120	5.387	Credores diversos	287	70
Depósitos judiciais	17	17	**Não circulante**	**276.735**	**350.835**
Outros ativos	176	–	Empréstimos, financiamentos e debêntures	250.976	327.724
Imobilizado	1.234.709	1.272.158	Arrendamentos	700	899
Intangível	26.829	24.814	Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.553	4.763
			Uso do bem público	17.368	16.806
			Provisões	2.898	643
			Provisão para contingências	240	–
			Patrimônio líquido	**1.052.754**	**1.020.193**
			Capital social	818.858	818.858
			Reserva de lucros	233.896	201.335
Total do ativo	**1.447.972**	**1.504.060**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	**1.447.972**	**1.504.060**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 — (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**818.858**	**10.815**	**15.874**	**121.791**	**–**	**967.338**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	64.650	64.650
Reserva legal	–	3.232	–	–	(3.232)	–
Reserva para incentivo fiscal	–	–	14.240	–	(14.240)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(11.795)	(11.795)
Reservas de lucros	–	–	–	35.383	(35.383)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**818.858**	**14.047**	**30.114**	**157.174**	**–**	**1.020.193**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	85.561	85.561
Reserva legal	–	4.278	–	–	(4.278)	–
Reserva para incentivo fiscal	–	–	9.073	–	(9.073)	–
Juros sobre capital próprio declarados	–	–	–	–	(53.000)	(53.000)
Reservas de lucros	–	–	–	19.210	(19.210)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**818.858**	**18.325**	**39.187**	**176.384**	**–**	**1.052.754**

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 — (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	248.346	219.358
Custos operacionais	(125.771)	(104.618)
Lucro bruto	**122.575**	**114.740**
(Despesas) receitas operacionais	**(5.851)**	**(4.914)**
Lucro antes do resultado financeiro	**116.724**	**109.826**
Despesa financeira	(46.376)	(53.703)
Receita financeira	18.271	19.304
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**88.619**	**75.427**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(3.268)	(11.138)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	210	361
Lucro líquido do exercício	**85.561**	**64.650**
Lucro básico e diluído por ação - R$	**0,1060**	**0,0801**

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 — (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	85.561	64.650
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**85.561**	**64.650**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 — (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**128.279**	**138.256**
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**53.826**	**(13.665)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(180.507)**	**(125.927)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**1.598**	**(1.336)**
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do período	9.385	10.721
Saldo no final do período	10.983	9.385
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**1.598**	**(1.336)**

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 — (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de contratos com clientes	**279.126**	**246.676**
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(87.903)**	**(66.970)**
(–) Depreciação e amortização	**(40.098)**	**(39.729)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	19.162	20.271
Valor adicionado a distribuir	**170.287**	**160.248**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**4.172**	**3.643**
Impostos, taxas e contribuições	**33.685**	**37.719**
Remuneração de capitais de terceiros	**46.869**	**54.236**
Remuneração de capitais próprios	**85.561**	**64.650**
Valor adicionado distribuído	**170.287**	**160.248**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 — (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferreira Gomes Energia S.A. ("Ferreira Gomes", "FGE" ou "Companhia"), com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma Companhia Aberta registrada na CVM (categoria B), constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME - UHE Ferreira Gomes ("Contrato de Concessão"), que concedeu à Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. Ademais, em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados, apurados por auditoria da ANEEL. Em relação ao contrato de concessão o mesmo pode ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11. A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
				252 MW (megawatts)	**153,10 MW (megawatts)**

Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revistos da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio do Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHE's Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", alterando a garantia física da UHE Ferreira Gomes de 153,10MW para 145,5 MW.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).* A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **Declaração de conformidade:** A autorização para emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada em Declaração de Diretoria realizada em 26 de fevereiro de 2025. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências. ***I. Julgamentos:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Imobilizado: Aplicação das vidas úteis definidas; • Imposto de renda e contribuição social diferidos: Expectativa de realização do saldo; • Provisão para contingências: Estimativa do risco. ***II. Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Arrendamentos: taxa aplicadas e contratos considerados; • Contas a receber de clientes: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber : estimativa de valores que não serão recebidos; • Imobilizado - taxa de depreciação; • Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo: Reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão; • Provisões para contingências: reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **3.1 Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros não-derivativos:** ***Instrumentos financeiros:*** A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas *(forward-looking).* A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). ***Mensuração das perdas de crédito esperadas:*** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. ***Ativos financeiros com problemas de recuperação:*** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:*** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. ***Baixa:*** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. **3.2 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.3 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. **3.4 Intangível:** Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico. Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação (09/08/2012), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do bem público no passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021,conforme divulgado em nota explicativa 11, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão que será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até junho de 2047. **3.5 Tributação:** Em 2024 a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro real. ***Tributos sobre as vendas:*** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e, • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%; Regime Especial PIS e COFINS: aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passa a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS (0,65%) e COFINS (3,00%). Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. ***Imposto de renda e contribuição social - correntes:*** O imposto de renda e a contribuição social correntes são registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Real, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM em 18 de setembro de 2017, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, com início no ano-calendário de 2017 e término em 2026. Durante a vigência do benefício, a Companhia deverá: a) cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio-ambiente (art.14, inciso II da Lei nº 6.938/1981 e art. 3º do Decreto nº 94.075/1987); b) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício; c) observar a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução. O reconhecimento do incentivo fiscal é realizado como redutor do passivo em contra partida ao imposto registrado no resultado do exercício. ***Imposto de renda e contribuição social - diferidos:*** Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão, que é realizado mensalmente de forma linear, até o final da concessão. Para o cálculo foi utilizado uma taxa reduzida considerando o período do benefício fiscal Sudam. **3.6 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:** Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos. **3.7 Receita de geração de energia elétrica:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, liquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho

continua →★

→★ continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir: (i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A companhia vende a energia produzida no ambiente de Contratação Regulada - ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2024 é de R$ 152,18 MW/h, (R$ 149,01MW/h em 2023) reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 20 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016. (ii) Suprimento de energia - ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2024 é de R$ 254,90 MW/h (R$ 99,11 MW/h em 2023) (iii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzida, é comercializada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o capital social, subscrito e integralizado é de R$ 818.858.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 dezembro de 2023 é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
	Quantidades de ações ordinárias integralizadas	
Alupar Investimento S.A.	807.080.528	807.080.528
AF Energia S.A.	1	1
	807.080.529	**807.080.529**

Reserva de Lucros: ***a. Reserva legal:*** 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R$ 18.325 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 14.047 em 31 de dezembro de 2023. ***b. Reserva especial para incentivos fiscais:*** Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, totalizando R$ 39.187 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 30.114 em 31 de dezembro de 2023. O benefício iniciou em setembro de 2017 com vencimento em dezembro de 2026. ***c. Lucros retidos:*** Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R$ 176.384 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 157.174 em 31 de dezembro de 2023. ***d. Dividendos:*** Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório. ***e. Juros sobre capital próprio:*** A Companhia aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, referentes ao exercício social de 2024, com base nos balanços patrimonial e de resultados apurados durante o referido ano. O valor total da distribuição foi de R$ 53.000. Os créditos de juros sobre capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. O juros sobre capital próprio foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**85.561**	**64.650**
Reserva legal	(4.278)	(3.232)
Subtotal	**81.283**	**61.418**
Reserva para incentivo fiscal	(9.073)	(14.240)
Dividendos mínimos obrigatórios (i)	(18.053)	(11.795)
Reserva de lucros retidos	(19.210)	(35.383)
Juros sobre capital próprio	(34.947)	–
Saldo de lucros do exercício	**–**	**–**
Dividendo por ação	**0,0433**	**0,0146**

A Diretoria

Contador: João Paulo Mendes do Nascimento - CRC 1SP218586/O-1

Extrato do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/; https://ferreiragomesenergia.com.br/cvm/; https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx e https://www.b3.com.br/pt_br/. O referido relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 26 de fevereiro de 2025, sem modificações.

ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS PROMOVENDO AÇÕES QUE DEFENDEM O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO E AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL.

CONHEÇA AS VANTAGENS DE PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.

ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI a rádio dos melhores ouvintes ELDORADO FM 107.3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)